

A obra manuscrita de Oliveira de Cadornega na Biblioteca Nacional de Portugal: a história da Angola seiscentista encomendada pelos Marqueses de Alegrete

The manuscript work of Oliveira de Cadornega in the National Library of Portugal: the history of 17th century Angola commissioned by the Marquises of Alegrete

La obra manuscrita de Oliveira de Cadornega en la Biblioteca Nacional de Portugal: la historia de la Angola del siglo XVII por encargo de los Marqueses de Alegrete

Priscila Maria Weber*

<https://orcid.org/0000-0001-5385-2651>

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar o manuscrito da obra *História Geral das Guerras Angolanas*, cuja autoria é atrelada a António de Oliveira de Cadornega, e que compõe o acervo da Biblioteca Nacional de Portugal. Através de características textuais e paleográficas do documento, podemos observar que se trata de uma cópia datada de meados do século XVIII, um século depois da escrita da versão manuscrita a próprio punho por Cadornega, e que hoje encontra-se no acervo da Academia das Ciências de Portugal. Ao contextualizar a feitura desta cópia manuscrita, observamos que ela foi mandada fazer pelos Telles Silva, os Marqueses de Alegrete, com o intuito de assegurar a sua posição nobiliárquica quando de um período de manutenção do espaço ultramarino português. Essa análise importa, pois discute manuscritos amplamente utilizados pela

* Pesquisadora de pós-doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (Brasil), professora substituta na Universidade Federal de Pelotas (Brasil). Doutora e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil), com estágio de doutorado-sanduiche na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal). Vale salientar que todas as formações acadêmicas da pesquisadora, no Brasil e no exterior, foram feitas com financiamento do governo federal à pesquisa através da concessão de bolsas de estudos CNPq e CAPES. Tem experiência de pesquisa em instituições no exterior: em Portugal na Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Municipal de Évora, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino; na França na Bibliothèque Nationale de France - Richelieu Louvois; e na Inglaterra na British Library. Atuou como professora na educação básica em redes educacionais particulares e públicas, experiência que possibilitou a escrita e desenvolvimento de materiais didáticos. É membro fundadora e coordenadora do GT África da Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul. É membro do Grupo de Pesquisas Interinstitucional Áfricas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil). Principais temas de pesquisa: História da África; História de Angola; História Atlântica; Ensino de História e Educação das Relações Étnico-Raciais. E-mail: priscilamariaweber@gmail.com.

historiografia que trabalha com Angola seiscentista, contribuindo para a construção da história de Angola e de Portugal, bem como de suas conexões atlânticas.

Palavras-chave: História Geral das Guerras Angolanas. António de Oliveira de Cadornega. Marqueses de Alegrete. História de Angola. História de Portugal.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the manuscript of História Geral das Guerras Angolanas, written by António Oliveira de Cadornega, which is part of the National Library of Portugal's collection. Given the textual and paleographic characteristics of the document, we observe it is a version that dates back to mid-18th century, a century after Cadornega himself wrote the manuscript version, which can now be found in the Science Academy of Portugal. Contextualizing the manufacturing of this manuscript version, we found that it was ordered by the Telles Silva, the Marquises of Alegrete, with the purpose of assuring their nobility position during a maintenance period of Portuguese domains overseas. This study is relevant, given that it analyzes manuscripts that were largely used in historiography of 17th century Angola, thus contributing to the writing of Angolan history, as well as Portuguese history, as well as its Atlantic connections.

Keywords: História Geral das Guerras Angolanas. António Oliveira de Cadornega. Marquises of Alegrete. History of Angola. History of Portugal.

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es analizar el manuscrito de la obra História Geral das Guerras Angolanas, cuya autoría está vinculada a António de Oliveira de Cadornega, y que forma parte de la colección de la Biblioteca Nacional de Portugal. A través de las características textuales y también paleográficas del documento, podemos observar que se trata de una copia datada de mediados del siglo XVIII, un siglo después de que la versión manuscrita fuera escrita por Cadornega, y que ahora se encuentra en la colección de la Academia das Sciences de Portugal. Al contextualizar la realización de esta copia manuscrita, observamos que fue ordenada por los Telles Silva, los Marqueses de Alegrete, para asegurar su noble posición durante un período de mantenimiento del espacio ultramarino portugués. Este análisis es importante, ya que discute manuscritos ampliamente utilizados por la historiografía que trabajan con la Angola del siglo XVII, contribuyendo a la construcción de la historia de Angola y Portugal, así como sus conexiones Atlánticas.

Palabras clave: História Geral das Guerras Angolanas. António Oliveira de Cadornega. Marqueses de Alegrete. Historia de Angola. Historia de Portugal.

Como citar este artigo:

Weber, Priscila Maria. “A obra manuscrita de Oliveira de Cadornega na Biblioteca Nacional de Portugal: a história da Angola seiscentista encomendada pelos Marqueses de Alegrete”. *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 206-228.

Este trabalho objetiva compartilhar com a historiografia que trabalha com História de Angola e de Portugal seiscentista, uma análise da versão dos manuscritos da obra *História Geral das Guerras Angolanas* de António de Oliveira de Cadornega, que compõe o acervo da Biblioteca Nacional de Portugal e que, através de investigações textuais e paleográficas, apresentou características que o distingue como uma cópia mandada fazer pelo Telles Silva, ou os Marqueses de Alegrete, um século mais tarde da escrita dos manuscritos que consideramos o traslado definitivo da obra, ou seja, escritos a próprio punho por Cadornega, entre 1670 e 1681, em Luanda.

Esta análise se faz importante pois, além de noticiar sobre a existência de uma cópia manuscrita de uma das fontes mais utilizadas pela historiografia que trabalha com Angola seiscentista, revela que havia por parte de uma elite nobiliárquica a intenção de manter relações com a corte Bragantina em um período de manutenção do império marítimo português. Esses fatos podem ser interpretados nesse trabalho através da investigação das atividades diplomáticas dos Marqueses de Alegrete, bem como o local de origem daquela família e os motes que os levaram a adquirir uma cópia dos tomos da obra *História Geral das Guerras Angolanas*.

É matéria desse trabalho, também, observar que há múltiplas fontes manuscritas em diferentes períodos cuja autoria é atrelada a Oliveira de Cadornega, embora tenham sido copiadas por autores outros. Todos esses manuscritos possuem valor historiográfico e são importantes para a construção da história de Angola seiscentista, sobretudo pelo contexto em que foram copiados, revelando particularidades do “mundo ultramarino” português que aqui não é foco essencial de análise, mas que não se pode deixar de citar. Assim, em seguida, descrevemos aspectos da trajetória de Oliveira de Cadornega e da importância de sua obra como fonte para história de Angola, e examinaremos sobre de onde provinham e qual o interesse dos Marqueses de Alegrete em copiar a obra *História Geral das Guerras Angolanas*, bem como características textuais e paleográficas deste documento, que contextualizadas nos contam um pouco sobre a colônia portuguesa de Angola e sobre Portugal.

O autor António de Oliveira de Cadornega e as múltiplas versões manuscritas da obra *História Geral das Guerras Angolanas*

António de Oliveira de Cadornega foi um cristão-novo português que embarcou em 1639 em Lisboa e rumou para Angola (Cadornega, Cota 77 e 78, tomo I: 03) com um ofício¹ de soldado

¹ Sobre a compra e venda de ofícios e mercês, sugere-se: Olival 2003, 745-753; Domínguez Ortiz 2000, 1159; Castillo 2012, 187.

adquirido junto a Casa dos Bragança.² Deixou para trás família e estudos para fugir das agruras inquisitoriais. Viveu durante quarenta anos em Angola, entre Massangano, entreposto para o escoamento de escravaria e Luanda, onde a administração lusa acontecia (Parreira 1989, 196).³ Em virtude das trocas do oficialato que estavam ocorrendo após a Restauração Portuguesa,⁴ ou quando os Bragança se voltavam para as colônias com o intuito de captar receita e cobrir dividendos resultantes das guerras pós-restauração (Torgal 1993, 163-164; Martins 2007, 311; Oliveira Marques 1998, 361), Cadornega começava a escrever a obra *História Geral das Guerras Angolanas*. Em 1681 o autor conclui a obra e a dedica ao então príncipe regente de Portugal, D. Pedro II (Cadornega, Cota 77 e 78, Tomo I, Dedicatória a D. Pedro II).

A obra *História Geral das Guerras Angolanas* escrita a próprio punho por Cadornega possui três tomos com quase 1200 páginas manuscritas. Essas páginas trazem laudatórias descrições de sucessos bélicos e administrativos lusos, no qual o autor forja um sentimento de fidelidade para

² Sobre a fundação da Casa dinástica dos Bragança o texto de Mafalda Soares da Cunha considera que “o processo de senhoriação de Bragança por parte da casa ducal inscreve-se numa lógica de afirmação de poder que apresenta algumas semelhanças com outras grandes casas senhoriais portuguesas. Como ocorre com a maior parte das terras outorgadas nos séculos XV e XVI pela Coroa, a tomada de posse foi acompanhada pela imposição por parte dos novos titulares de marcas das suas casas e linhagens sobre o território. A forma podia variar, mas concretizava-se, na maioria das vezes, através da obtenção de privilégios específicos para as terras ou no enobrecimento das vilas e lugares por obras municipais e patrocínio a instituições locais” (Cunha 2011, 49).

³ Angola era, no contexto Atlântico dos seiscentos, fornecedora de mão-de-obra à agricultura e minas do continente americano. Luanda e Benguela possuíam os mais importantes portos de embarque de escravos situados no centro e no sul do litoral angolano. Já Massangano situada na confluência dos rios Cuanza e Lucala era o ponto mais avançado dos portugueses no sertão africano. Reproduzimos aqui citação de Alberto da Costa e Silva, quando descreve como se encontrava a colônia de Angola nesse período, especialmente o cenário encontrado pelos “conquistadores” que lá aportavam: “a galeria de retratos desses administradores é de provocar repulsa e tristeza. Aspiravam todos às riquezas de Goa, mas eram mandados, quase sem meios e com vencimentos insuficientes, para um porto calorento, sujo, insalubre, cheio de poeira e de mosquitos, onde se contavam as casas de telha e nada havia que alegrasse os olhos, exceto o mar. Desde a chegada, tinham de conviver com intrigas e perfídias. Uma política vil enodava tudo, conduzida por colonos velhacos, que escondiam passados criminais ou vergonhosos, por padres traficantes ou polígamos, por pés-rapados enriquecidos no roubo, por fidalgos amargurados, ressentidos, frustrados, neuróticos, e transtornados pela solidão ou ilusões perdidas. Os governadores enroupavam com pretensões e grandeza o desencanto humilhante – não era aquele cargo que lhes haviam prometido ou com que tinham sonhado. Não demorava muito, e se revelavam agressivos, mesquinhos, mandões, soberbos, irascíveis, vingativos e tirânicos. Tratavam a colônia como se fosse coisa deles, porém mais atentos aos ganhos do comércio de escravos, a que quase todos se dedicaram, do que ao bem comum” (Silva 2002, 419).

⁴ Para compreender o que foi a Restauração Portuguesa, se faz importante observar, também, o que foi a União da Península Ibérica. A casa da Áustria ascendeu ao trono português em decorrência da crise sucessória instaurada com o desaparecimento de Sebastião de Portugal na batalha de Alcácer-Quibir. Sem descendentes, e com a derrota do então considerado sucessor legítimo, seu tio-avô o Cardeal-Rei D. Henrique, Filipe II de Espanha acabou por ser reconhecido como rei de Portugal por ser o parente mais próximo nas Cortes de Tomar de 1581 (Boxer 2002, 144).

A Restauração da casa dinástica dos Bragança em 1640, segundo Oliveira Martins, principiou disputas já em 1641 que terminavam apenas em 1668 entre o reino de Portugal e Espanha, e dividiam-se em quatro períodos. O primeiro que vai até 1641 inclui a vitória de Montijo e demonstra aos portugueses a inutilidade de operações ofensivas. O segundo são dez anos perpassados pelo dispersar de guerrilhas sem importância. No terceiro, em 1660, os espanhóis tentam uma ofensiva mais profícua, mas são detidos nas linhas de Elvas. Por fim, a paz é marcada com a recuperação do Altanejo através das batalhas do Canal e Montes Claros (Martins 2007, 311).

com os Bragança através dos serviços prestados por gerações de seus familiares àquela Casa⁵ dinástica (Cadornega, Cota 77 e 78, tomo I: 01). Talvez como moeda de troca para permanecer em Angola, visto que sua família estava sendo perseguida e desmantelada pela inquisição, retornar a Portugal se fazia desinteressante (Weber 2018, 54),⁶ ou ainda por compor uma elite luandense onde se inseriu no mercadejo de escravaria e angariou cargos e títulos como vereador e juiz ordinário (Heintze 2007, 13; Demaret 2011, 110), Cadornega não pretendia regressar. Outra possibilidade seria a tentativa de se promover para driblar os encaixos inquisitoriais com a proteção dos Bragança, caso houvesse um forçado retorno (Heintze 2007, 138).

Essa versão manuscrita compõe atualmente o acervo da Academia das Ciências de Lisboa (Cadornega, Cota 77 e 78, 1681) e pelas suas características textuais e paleográficas a consideramos uma versão definitiva, escrita por Cadornega a próprio punho, que teria saído de Luanda em 1681, chegando em Lisboa em 1683, e aprovada nesse mesmo ano pelo Santo Ofício, que autorizou a sua entrada no reino, bem como a sua cópia.⁷ Há outras versões da obra de Oliveira de Cadornega, ou manuscritos que compõem acervos de diversas bibliotecas europeias, são elas: a Bibliothèque Nationale de France (Cadornega, Cota: Portugais 2-4), a Biblioteca Municipal de Évora (Cadornega, Cota CXV 2-4), a British Library (Cadornega, Cota 15183) e a Biblioteca Nacional de Portugal (Cadornega, Cota A.T./L. 54//1-2) cujos manuscritos serão nossa fonte de análise nesse trabalho.

Através de análise paleográfica e documental (Fachin 2008; Andrade 2009; Berwanger 2015), observamos que essa versão da obra *História Geral das Guerras Angolanas* é uma cópia encomendada pelos Marqueses de Alegrete em meados do século XVIII, e se difere em vários aspectos do manuscrito trasladado de Luanda e escrito por Oliveira de Cadornega (Cadornega, Cota 77 e 78, 1681). Provenientes da região do Alentejo, lugar de nascimento de Cadornega e passo ducal que assenhoreou os Bragança durante as governanças Filipinas de união peninsular (Boxer 2002),⁸ os Marqueses de Alegrete possuíam circulação entre a Casa Bragantina desde o período

⁵ O termo “Casa” era utilizado para distinguir um indivíduo ou família em relação ao seu pertencimento dinástico. Segundo Pedro Cardim, a acepção em relação a esse termo é “reforçada em um manuscrito anônimo de meados do século XVII, intitulado “Tratado em que se declara que couza seja Plebeu, Escudeyro, Caualeyro, Fidalgo e chefe de huma Casa ou família”. Nesse documento, pode ler-se que a fidalguia provinha de linhagem, acrescentando-se que também eram fidalgos “aquelles que el Rei cria e filha por fidalgos”.” (Cardim 2002, 14).

⁶ Sobre a trajetória de António de Oliveira de Cadornega tanto em Portugal, quando em Angola, bem como análises sobre as diferentes versões manuscritas da obra *História Geral das Guerras Angolanas* que se tem notícia, sugere-se ver a seguinte tese doutoral: Weber, 2018.

⁷ Documentação consultada: Cadornega. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, Tomo I, Qualificação do Santo Ofício por Frei Chistovão de Foyos.

⁸ No caso dos Filipes, a Casa da Áustria ascendeu ao trono português em decorrência da crise sucessória instaurada com o desaparecimento de Sebastião de Portugal na batalha de Alcácer-Quibir. Sem descendentes, e com a derrota do então considerado sucessor legítimo, seu tio-avô o Cardeal-Rei D. Henrique, Filipe II de Espanha acabou por ser

pós-restauração portuguesa, ocupando cargos, inclusive diplomáticos (Hespanha 1984).⁹ É a partir de questões diplomáticas que podemos averiguar o ensejo dos Alegretes em apreciar a história através dos “*feitos bélicos*” de Portugal, o que tornava Cadornega uma literatura interessante (Weber 2018, 170). Observaremos neste texto os motes que levaram os Alegretes a solicitar cópia de tal manuscrito; como essa cópia foi parar no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal e, ainda, as modificações que essa cópia sofreu em relação aos tomos trasladados de Luanda e o que isso infere nos conteúdos que compõem tal obra.

Vale dizer que todas essas versões manuscritas possuem características distintas, e a historiografia que trabalha com Angola seiscentista, tanto a brasileira, quando a dos demais países do sul e norte global, por exemplo, utilizam ainda outra versão para suas análises, ou seja, uma edição impressa datada da década de 40 e 70 do século XX (Cadornega 1940), copiada do manuscrito que está na Bibliothèque Nationale de France.¹⁰ Isso acontece devido a circularidade dessa edição, pois a sua impressão durante o regime Salazarista português, garantiu que circulasse em diversas bibliotecas do mundo todo, especialmente nas bibliotecas das colônias portuguesas.¹¹

Há valor historiográfico em todas as versões manuscritas e impressas, bem como em todos os trabalhos de análise que utilizaram cópias da obra de Cadornega como aporte documental e, o que se quer nesse trabalho é ir em um sentido complementar ao que já foi feito pela historiografia, pois quando um manuscrito é copiado, muitos conteúdos são inseridos e suprimidos a revelia do autor. Uma análise que contemple alguma versão manuscrita da obra *História Geral das Guerras Angolanas* pode, não apenas observar a história de Angola seiscentista, mas no caso dos manuscritos copiados por autores outros que não Cadornega e em séculos posteriores aos seiscentos, como o caso do manuscrito aqui analisado, a história e sociedade do local de cópia ficam também em evidência. Logo, perpassa também esse trabalho caracteres historiográficos sobre o império português e o que chamamos de “diplomacia nobiliárquica”, ou famílias querendo manter seus títulos e suas relações com a Coroa portuguesa em um período de manutenção da expansão ultramarina.

reconhecido como rei de Portugal por ser o parente mais próximo nas Cortes de Tomar de 1581. Para informações mais detalhadas sugerimos a leitura de Boxer 2002, 144.

⁹ Sobre a Restauração do Império Português: Torgal 1993; Carvalho 2011.

¹⁰ Para citar apenas alguns trabalhos que utilizam a obra de Oliveira de Cadornega como fonte documental: Souza 2018; Silva 2002; Alencastro 2000; Heywood 2019; Thornton 1978; Miller 2002; Parreira 1989; Heintze 2007; Henriques 2003; Birmingham 1965.

¹¹ Para entender sobre o salazarismo português, sugere-se consultar: Alexandre 2000; Catroga 2006; Castelo 1998; Marques 1990; Gil 1995.

Os Marqueses de Alegrete e o interesse em copiar a obra de Oliveira de Cadornega

Entre a aristocracia portuguesa de fins dos seiscentos e meados dos setecentos havia dois marqueses considerados eruditos e que participaram ativamente da fundação da Academia de História Portuguesa em 1720.¹² São eles o I Marquês de Alegrete, Manuel Telles da Silva e o II Marquês de Alegrete, Fernão Telles da Silva. Esse último parece ter desempenhado papel mais ativo junto da Academia, pois a ele foi atribuído a escrita de obras como “*De rebus gestis Joannis II*” ou “*A vida de el rey D. João II*”, datada de 1689. Sobre os escritos e sobre o gosto de Fernão por história, observemos o que diz D. Antonio Caetano de Souza, clérigo e também fundador da Academia de História Portuguesa:

(...) Foy hum dos mais excellentes Ministros de Estado que teve este Reyno, com grande talento para os negocios, e admiravel modo na resolução delles; prompto nas execuçoens, e com grande erudição na Historia profana, e muita applicação, e genio ás bellas letras; compoz com grande pureza, e elegancia na língua Latina, como se vê na vida Del Rey D. Joaõ II, que temos impressa, a segunda vez na Haya no anno de 1712, e a primeira em Lisboa no de 1689 (Souza 1735-1749, 338-339).

Para além das atividades na Academia de História, Fernão Telles da Silva foi deputado da Junta dos Três Estados, órgão administrativo criado por Dom João IV em 1643, pós Restauração Portuguesa. Com o Conselho Ultramarino e o Conselho de Guerra compunha um tripé de aconselhamento do monarca. Em 1707 foi quem liderou a comitiva que buscou Ana Maria da Áustria para, com D. João V, casar-se. O I Marques de Alegrete, Manuel Telles da Silva também desempenhara enquanto aristocrata funções de grande monta junto a Casa Bragantina. Foi ele que negociou o casamento de Maria Sofia Isabel de Neuburgo com D. Pedro II,¹³ e também o tratado de Methuem (Serrão 1984, 229).¹⁴

Todas essas informações importam para conjecturarmos a respeito do interesse dos Marqueses de Alegrete em obter uma cópia da obra “*História Geral das Guerras Angolanas*” e mantê-la em sua biblioteca. Vale considerar que entre o último quartel do século XVII e primeiro quartel do século XVIII, uma família que por juro e herdade obtém um título nobiliárquico concedido por D. Pedro II¹⁵ investiria na manutenção de relações estreitas com os Bragança, haja visto o interesse na continuidade dos cargos e competências que a coroa atribuía aos Telles Silva (Monteiro 2003, 148).

¹² Documentação consultada: Lamas 1907.

¹³ Foi inclusive após esse feito que, em 19 de fevereiro de 1687, é agraciado com o título de Marquês. Apenas para mensurarmos a importância dos arranjos matrimoniais entre a corte, vale a leitura de Borges 1982.

¹⁴ Tratado de Methuem ou Tratado de Panos e Vinhos, foi um acordo onde os portugueses se comprometiam em consumir os têxteis ingleses e, em contrapartida, a Inglaterra consumira os vinhos de Portugal (Serrão 1984, 229).

¹⁵ A partir da Restauração (1640) que o processo de ascensão à Grandeza dos titulares das casas nobres se cristaliza como uma “elite de corte” fortemente ligada à dinastia Bragantina ou Brigantina. (Monteiro 2003, 144).

Como já mencionamos, os Marqueses de Alegrete eram provenientes do Alentejo, local de nascimento de Cadornega e também do Passo Ducal que assenhoreou a casa Bragantina durante o período de administração Filipina e, também com isso, podemos inferir que havia por parte dos Marqueses de Alegrete um interesse de cariz diplomático em copiar uma obra dedicada a D. Pedro II não apenas porque ela laudava o “sucesso” da coroa nas terras de África, mas porque seu autor era tomado também como um conquistador e servo dos Bragança. O que enseja atentarmos para a possibilidade da reprodução dos manuscritos de Oliveira de Cadornega por outras famílias aristocratas: histórias do império marítimo português que ainda precisam ser contadas.

Essas relações nobiliárquicas importam caso indaguemos qual o mote para existir na Biblioteca Nacional de Portugal apenas os tomos I e II dos manuscritos de Oliveira de Cadornega? Queremos com isso dizer que não havia interesse em copiar o tomo terceiro, pois os conteúdos que esses tomos carregam são basicamente características etnográficas, bem como suas aquarelagens com os hábitos dos “*gentios*”, que não importavam aos marqueses, pois na altura preocupavam-se sobremaneira em sustentar erudição que compreendesse uma história que se pretende, em palavras de Caetano de Souza (Souza 1735-1749, 338-339), profana, pois edifica os feitos de Portugal através do poderio e pujança bélica.¹⁶ Não havia ninguém melhor para “contar” essa história dos êxitos de Portugal em África do que Cadornega, um súdito que tal como a chancela de Alegrete, respondia aos Bragança.

Catálogo e características dos manuscritos de Cadornega no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal

Na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, há dois tomos de manuscritos catalogados como “Ao m.to alto e mui poderozissimo princepe D. Pedro nosso Sr. Offerece a seos reais pes esta hestoria das guerras angolanas Antonio de Oliveira de Cadornega cap.am reformado e cidadam de S. Paulo da Assumpçam, natural de Villa Viçosa”.¹⁷ O título atribuído junto da catalogação é na

¹⁶ A história dita profana nos XVI ou XVII, quando olhada aos olhos de hoje pode parecer ambivalente. Se por um lado há acesso documental, por outro o que importa é mais a retórica e estilística. A história profana se ocupava da “arte de reinar, a ciência da guerra, os princípios do governo, as regras da política e as máximas da sociedade civil e da conduta da vida para todas as idades e todas as condições”. Todas essas temáticas eram expressas de forma erudita, com conhecimento de línguas e revisitando os “antigos”. Isso quer dizer que “a história era, antes de mais nada, percebida como provedora de modelos de comportamentos. Ela devia servir à instrução do leitor: era *magistra vitae*, “mestra da vida”, de acordo com a célebre máxima do *De Oratore* (de Cícero). A história antiga era então considerada uma reserva de *exempla* destinada à instrução e à edificação dos leitores.” Cícero e Tucídides, por exemplo, eram evocados em obras dos seiscentos e setecentos, e ainda mais, o retorno a eles sinalizava uma espécie de legado, como se observa na obra de Charles Rollin, de 1731: “Com razão, a história foi chamada de testemunha dos tempos, de tocha de verdade, de escola da virtude, de guardiã dos acontecimentos e, se fosse permitido falar assim, de fiel mensageira da antiguidade.” (Payen 2011, 103-122). Rollin 1831. (Acessamos apenas a edição de 1831). Para a “*Historia Magistra vitae*” sugere-se: Catroga 2006.

¹⁷ Catálogo disponível em: [http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=Cota A.T./L. 54//1-2](http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=Cota%20A.T./L.54//1-2) Acesso em: 18/07/2017

verdade a dedicatória do autor, que oferece a obra a D. Pedro II. Já nas primeiras páginas podemos perceber que se trata da obra “*História das Gerações das Guerras Angolanas*”, como quer o título atribuído pelo copista e também pelo autor, António de Oliveira de Cadornega.

Esses manuscritos podem ser facilmente localizados nos catálogos digitais da Biblioteca Nacional de Portugal e possuem as seguintes características físicas: tomo I com 224 fólios e tomo II com 238 fólios. Ambos os tomos possuem uma encadernação com capa dura que possivelmente foi anexada aos fólios posteriormente a sua escrita/cópia. Essa hipótese é baseada tanto pelo seu bom estado de conservação, quanto por haver diversos outros manuscritos com a mesma capa. Em virtude disso presume-se que há uma encadernação padrão de conservação na biblioteca em questão, o que igualmente ocorre em outras bibliotecas (Cadornega, Cota A.T./L. 54//1-2).

É já nas primeiras páginas que se observa o registro de que o manuscrito é proveniente da biblioteca particular do Marquês de Alegrete. No “*Catálogo dos manuscritos da antiga livreria dos marqueses de Alegrete, dos condes de Tarouca e dos marqueses de Penalva e pertencente à sua actual representante a Condessa de Tarouca*”,¹⁸ datado de 1898, tem-se alguma base do que seria a então biblioteca, cuja criação foi entusiasmada pelo conde de Vila Maior, ou Manuel Telles da Silva, I Marquês de Alegrete, título de herdade (Nascimento 2009, 80) constituída por Dom Pedro II no ano de 1687.¹⁹

Corre ainda no “*Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*”, escrito no ano de 1755, que os Marqueses de Alegrete são oriundos da província do Alentejo, e descendentes dos antigos reis de Leão.²⁰ A biblioteca dos Marqueses localizava-se em um palácio de propriedade da família à rua da Mouraria, em Lisboa. Pelo que se tem notícia, no decorrer do século XIX e XX a família foi perdendo propriedades e o palácio foi sendo fracionado. Abrigou diversos estabelecimentos

¹⁸ *Catálogo dos manuscritos da antiga livreria dos marqueses de Alegrete, dos condes de Tarouca e dos marqueses de Penalva e pertencente à sua actual representante a condessa de Tarouca*. Lisboa: Imprensa de João Romano Torres, 1898. Arquivo Histórico Ultramarino, cota AHU-L14889.

¹⁹ Chancelaria de D. Pedro II, livro 18, fólios 14 e 111. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota microfilmada PT/TT/CHR/S/1/18.

“A outorga de um ofício estava inserida num ato de liberdade tal qual inúmeros outros atos de ‘graça’ do rei português”. (Nascimento 2009, 79).

“A chancelaria régia era a repartição responsável pela redacção, validação (mediante a aposição do selo régio) e expedição de todos os actos escritos da autoria do próprio Rei. Os serviços da chancelaria régia podiam também reconhecer e conferir carácter público a documentos particulares que lhe fossem submetidos para validação. Presidia aos serviços da chancelaria o chanceler do Rei (cancellarius ou notarius curiae), ao qual estavam confiados os selos régios e que, desde a formação do Estado Português, é sempre referenciado como um dos mais próximos ministros do Soberano. De início cabia ao chanceler despachar directamente com o Rei, tendo, frequentemente, exercido uma influência política decisiva.” In. “Chancelaria Régia”. Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: Instituições do Antigo Regime, Administração Central (1). Mattoso, 1998. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3813585> Acesso 30/07/2017.

²⁰ Documentação utilizada: Souza, D. Antonio Caetano de. *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Syviana. MDCCLV.

comerciais e após 1946 foi demolido (Gago 2016, 81-121). Talvez por esse motivo, parte do acervo da Biblioteca dos Marqueses de Alegrete constitui hoje fundos da Biblioteca Nacional de Portugal.

Os tomos encontrados na Biblioteca Nacional de Portugal apresentam uma caligrafia volumosamente arabescada e são essas as cópias dos manuscritos de Oliveira de Cadornega que mais carregam essas características, ou ornamentos de expressão gráfica, sendo especialmente nas iniciais de cada capítulo que elas são apresentadas. Vale lembrar que o século XVII e XVIII foi um período de intensa movimentação barroca em Portugal (Serrão 2003),²¹ com repercussões também na caligrafia que, apesar de ser enquadrada no estilo cursivo humanístico (Fachin 2008; Andrade 2009; Berwanger 2015),²² conforme orientações paleográficas, se insere igualmente no contexto artístico da época, visto que os tomos da *História Geral das Guerras Angolanas* pertencentes a Biblioteca dos Marqueses de Alegrete foram copiados na Europa e, por todas as informações supracitadas, suspeitamos que em meados do início dos XVIII.

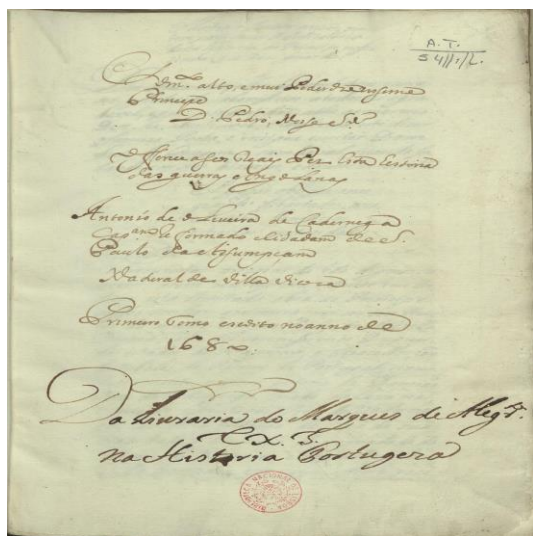
Há na obra “*História Geral das Guerras Angolanas*” copiada a pedido dos Telles Silva, ou dos Marqueses de Alegrete, pelo menos três letras ao longo dos tomos. O tomo de número um é composto por duas letras mais arabescadas que a letra que compõe o tomo de número dois. Essa última letra é ligeira e displicente, no entanto, também é possível enquadrá-la no mesmo estilo de escrita, ou a humanística, vigente e popular na Europa nos setecentos. Notamos que no tomo primeiro há um menor equívoco na transcrição das palavras que foram copiadas, possivelmente, dos tomos que hoje estão na Academia das Ciências de Portugal, ou de alguma outra cópia derivada destes manuscritos. O fato é que mesmo no tomo de número I onde houve um cuidado maior na leitura e transcrições há, mesmo que sutilmente, palavras e frases que são substituídas ou suprimidas.

²¹ O barroco é marcado pela monumentalidade, teatralidade e exuberância de uma estética que carrega uma ideia de excesso. Essa nova linguagem foi fomentada como afirmação e diferenciação em um novo período, ou a Restauração Portuguesa. Se é bem verdade que anteriormente, nos XVI, o barroco já se fazia notável em Portugal, pós restauração e, especialmente com D. João V, ele ganhou nova roupagem e eloquência. Os minérios de ouro e pedras preciosas brasileiras puderam sustentar o gosto de D. João V, que fomentava o estilo fortemente, inclusive incentivando os artistas portugueses, com a criação de escolas e o envio dos mesmos para estudar no exterior, o que promovia ainda mais a hibridização de estéticas e influências. Como exemplo citamos os padrões arabescados, termo que significa “à moda árabe” e que se difundiu primeiro na Itália dos XVII para identificar os desenhos com padronagens geométricas vistos tradicionalmente em tapetes e arquitetura de tradição muçulmana. Esse padrão atribui uma nova roupagem a azulejaria portuguesa, por exemplo, mas também a arquitetura e a caligrafia. (Serrão 2003, 14; Pereira 1993, 10-15; Smith 1968, 15-23).

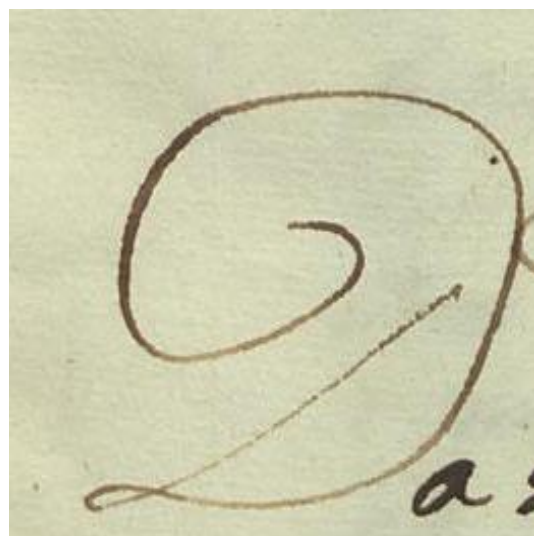
²² A Escrita Humanística foi introduzida na Península Ibérica no século XV como uma reação dos intelectuais e artistas à escrita gótica, considerada uma representação que guardava as “trevas” do medievo. Baseada em outra escrita, a carolíngia, que na altura era tomada como clássica romana, mas que na verdade era ainda mais típica do período medieval, a escrita humanística foi amplamente difundida na Europa e também colônias, visto que a maior parte da documentação produzida em ambos os continentes nos XVII e XVIII está registrada com o estilo humanístico. Baseado em Berwanger 2015, 47.

Outro fato relevante refere-se a estrutura da obra, pois nas cópias dos Alegretes ela não foi mantida, ou seja, são subtraídas muitas partes, especialmente aquelas onde o autor introduz a obra e expressa os motes que o levaram a escrever, bem como expõe caracteres relativos à sua vida e embarque para a África. O que ficou são as descrições dos governos, atividades bélicas e diplomáticas. No entanto, mesmo nas seções remanescentes notamos uma redução de pelo menos 30% no corpo da obra, visto que os manuscritos da Academia das Ciências possuem no primeiro tomo cinco partes com trinta e oito capítulos e os tomos da Biblioteca Nacional de Portugal trazem em torno de 30 capítulos.

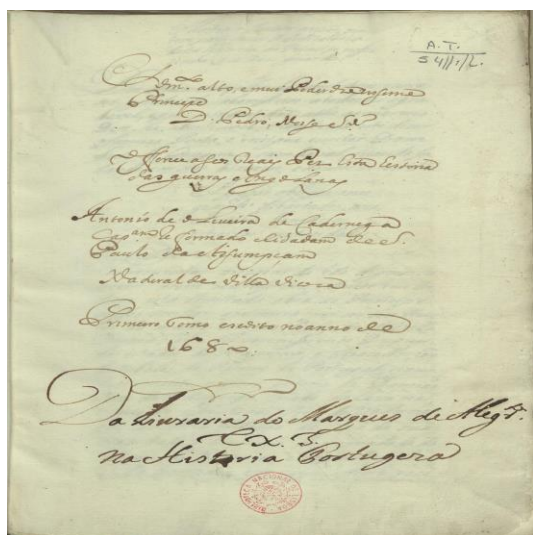
Consideramos que a história dos manuscritos que hoje fazem parte do acervo da Biblioteca Nacional de Portugal ainda está por ser feita. Por ora, nossas considerações buscam apenas entender um pouco melhor as dinâmicas de como foram copiados os tomos dos manuscritos da “*História Geral das Guerras Angolanas*” que atualmente se tem notícia. Logo, reforçamos que a obra cuja autoria é atrelada a António de Oliveira de Cadornega mas que foi mandada copiar pelos Marqueses de Alegrete é, por todas as considerações supracitadas, claramente uma cópia. Nas páginas que seguem será possível apreciar parte da principal documentação utilizada nesse trabalho, e como exemplificação comparativa apresentamos as letras que compõem os tomos que estão na Biblioteca Nacional de Portugal, em relação aos tomos considerados o traslado definitivo, escritos a próprio punho por Oliveira de Cadornega e que estão atualmente na Acadêmica das Ciências de Lisboa.



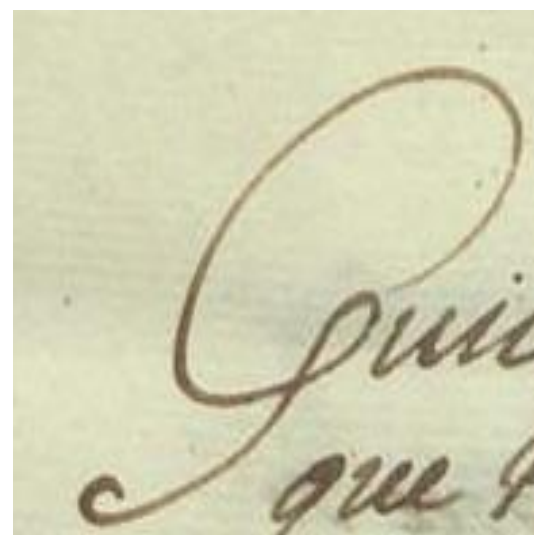
A



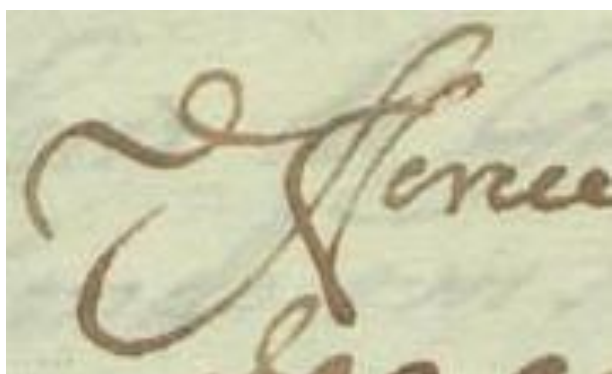
D



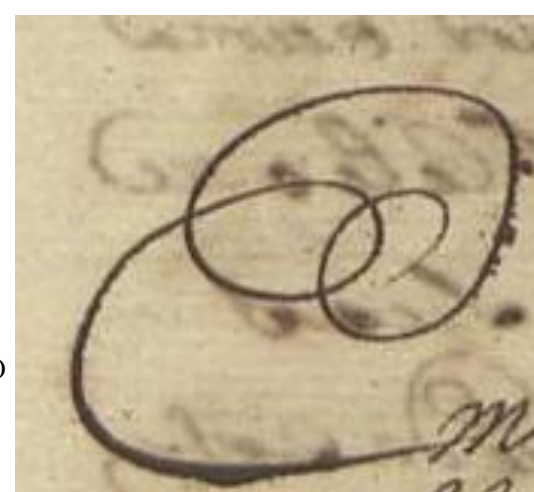
P



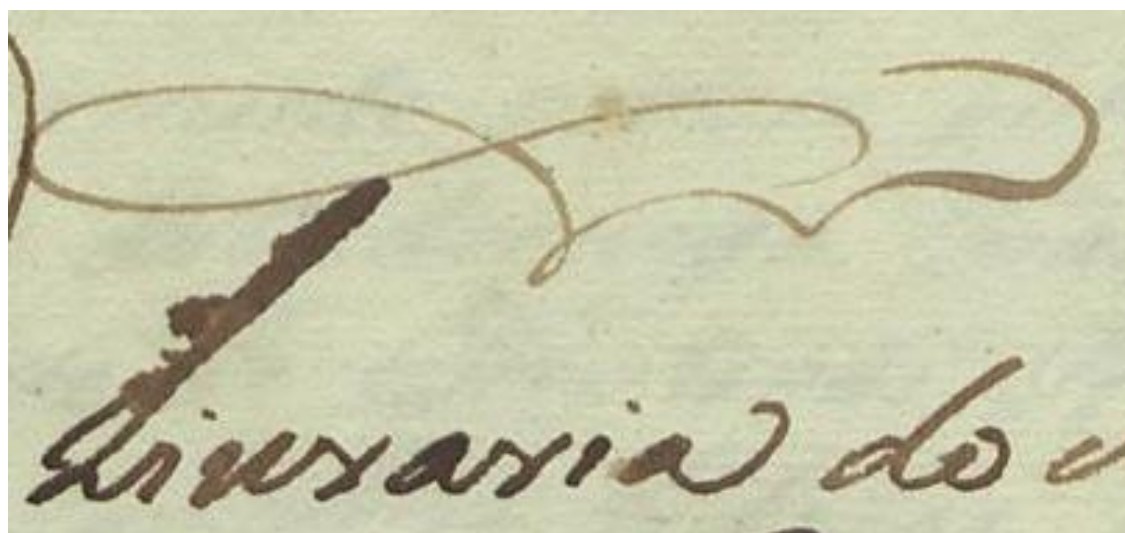
Q



O



E



L



N seguido de R

Figura 1: Iniciais Arabescadas – tomos pertencentes a Biblioteca Nacional de Portugal. Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: Cota A.T./L. 54/1-2. Fólios utilizados para exemplificação: 1, 5, 30.

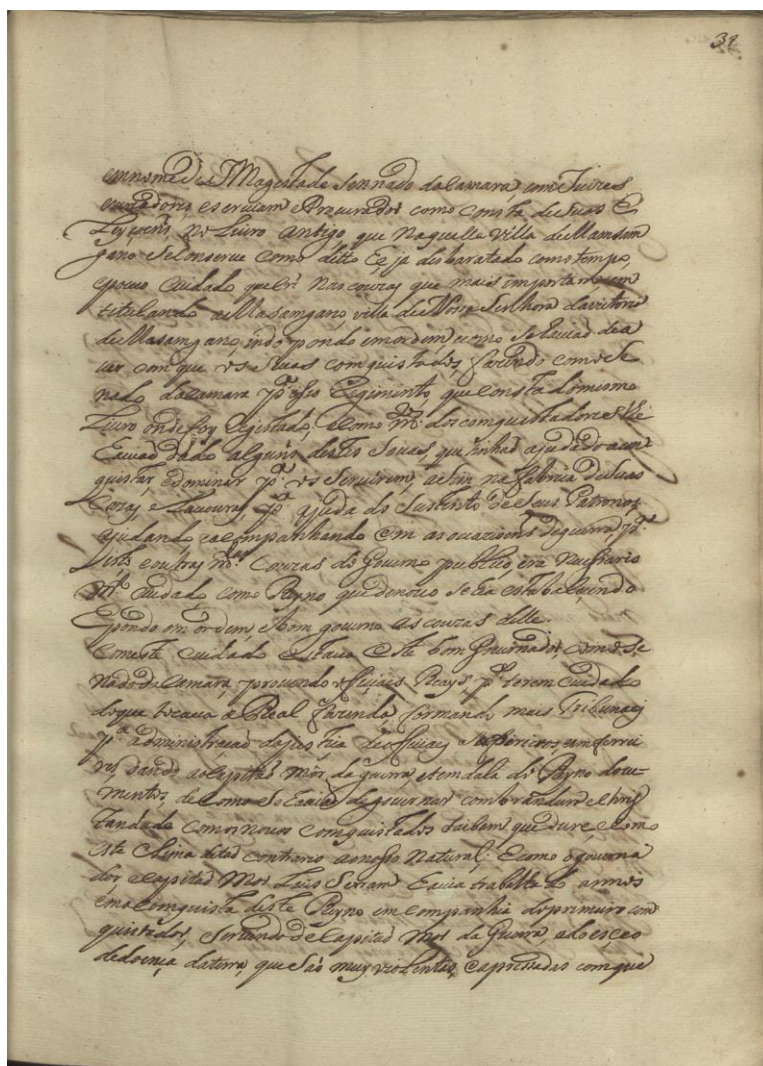


Figura 2: Comparativo das diferentes letras presentes nos manuscritos de Oliveira de Cadornega que compõe o acervo da Biblioteca Nacional de Portugal. Letra corrente arabescada em Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: Cota A.T./L. 54//1-2. Fólio 38.

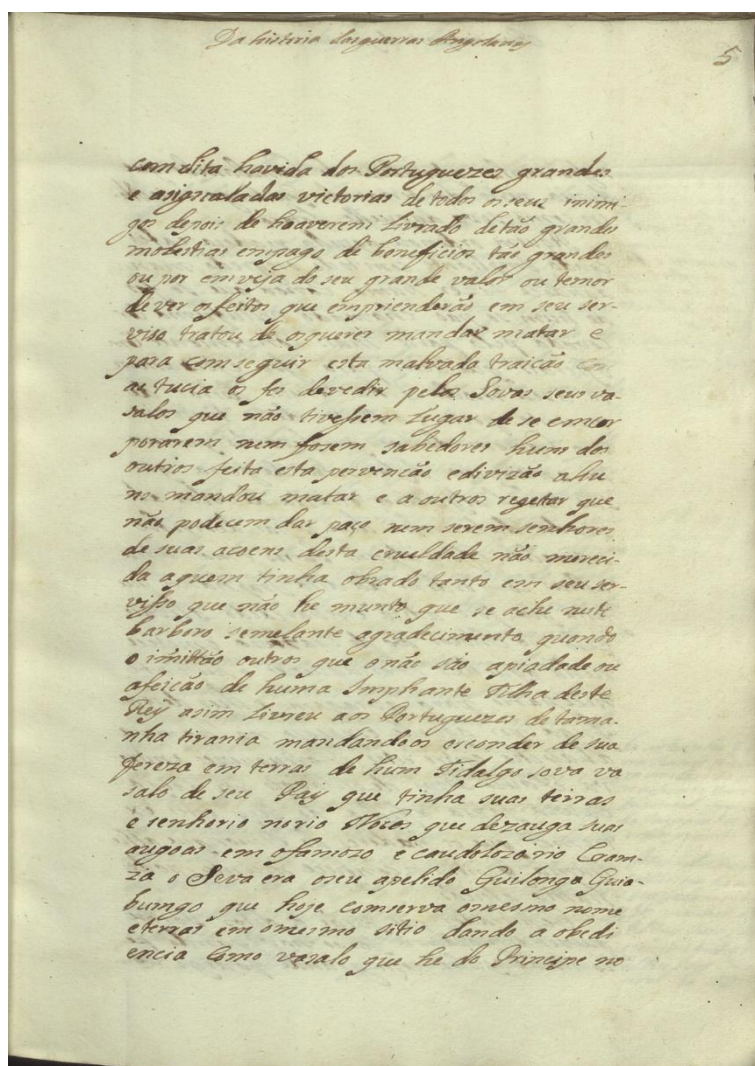


Figura 3: Comparativo das diferentes letras presentes nos manuscritos de Oliveira de Cadornega que compõe o acervo da Biblioteca Nacional de Portugal. Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: Cota A.T./L. 54/1-2. Tomo I: fólio 05. Letra 01.

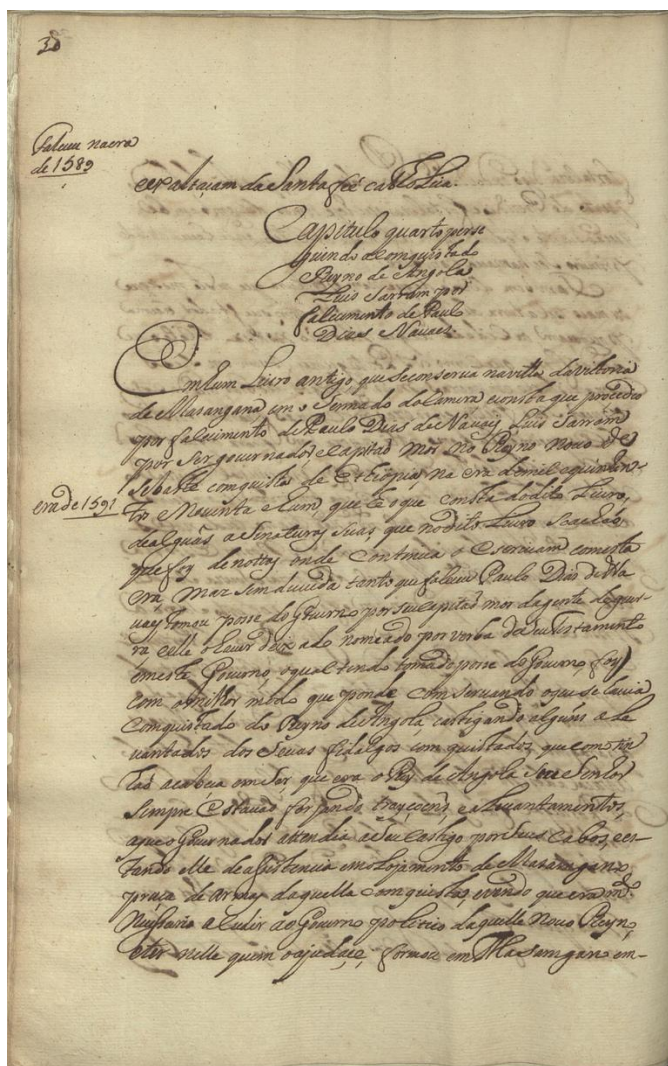


Figura 4: Comparativo das diferentes letras presentes nos manuscritos de Oliveira de Cadornega que compõe o acervo da Biblioteca Nacional de Portugal. Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: Cota A.T./L. 54//1-2. Tomo I, fólio 30. Letra 02.

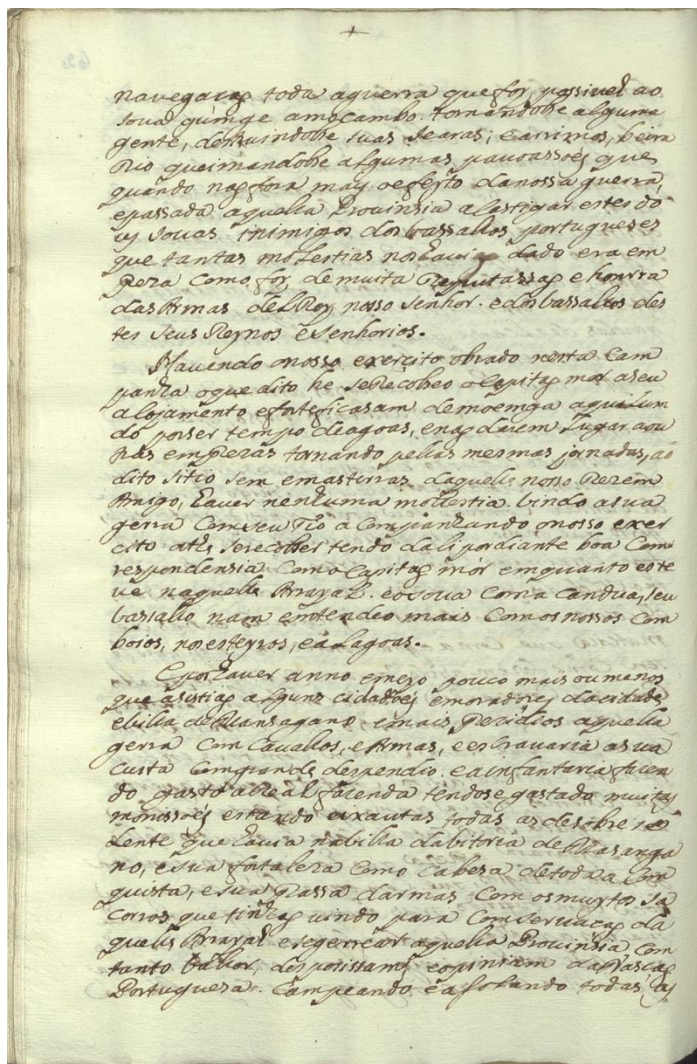


Figura 5: Comparativo das diferentes letras presentes nos manuscritos de Oliveira de Cadornega que compõe o acervo da Biblioteca Nacional de Portugal. Fonte: Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: Cota A.T./L. 54/1-2. Tomo II: fólio 61. Letra 03.



Figura 6: Letra corrente em todo o tomo da obra considerada o traslado definitivo da *História Geral das Guerras Angolanas*, ou cópia feita a próprio punho por António de Oliveira de Cadornega em Luanda, entre 1670 e 1681, e que se encontra no acervo da Academia das Ciências de Lisboa. Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscritos da Academia das Ciências de Portugal. Tomo I e III. Catálogo de Manuscritos Série Vermelha, Cota 77 e 78, 1681.

Considerações finais – a *História Geral das Guerras Angolanas* como cópia

Este trabalho trouxe alguns apontamentos e análises sobre uma versão existente na Biblioteca Nacional de Portugal dos manuscritos da *História Geral das Guerras Angolanas* de António de Oliveira de Cadornega. Observamos que essa versão manuscrita é uma cópia, devido aos diversos padrões caligráficos existentes nos textos, bem como dados paleográficos que sugerem que as escritas que os tomos carregam datam do correr dos setecentos, e não dos seiscentos, período em que a obra escrita a próprio punho por Oliveira de Cadornega foi produzida, ou seja,

entre 1670 e 1681. O traslado de Luanda para Lisboa ocorreu entre 1681 e 1683, visto que a qualificação do Santo Ofício que autoriza a entrada no reino e cópias data de 1683.

Com esses dados, e demais características dos tomos, descrevemos que havia por parte da aristocracia portuguesa a intenção de reproduzir obras que guardassem os “grandes feitos de Portugal”, como as vitórias bélicas e diplomáticas, os homens ilustres não assentes no sangue, mas nas batalhas e guerras. Por todo esse cenário que a literatura e história viviam em Portugal, bem como pelos Telles Silva ou Marqueses de Alegrete que eram entusiastas e fundadores da Academia de História Portuguesa, não é surpresa que obras como a de Cadornega fossem copiadas, ainda mais se considerarmos o fato de que ambas as famílias, dos Telles Silva e a do Cadornega, pertenciam a região alentejana e possuíam relações estreitas com a Casa Bragantina.

Nesse momento, não temos como mensurar o quão a historiografia utiliza os tomos oriundos da Biblioteca Nacional de Portugal como fonte documental. Acreditamos que esta obra não é utilizada de forma recorrente, pois ainda é um manuscrito desconhecido dos trabalhos que enfocam Portugal e Angola nos seiscentos/setecentos. Sabe-se que a versão das obras de Cadornega mais utilizadas são as edições de 1940 e 1975, e conjecturamos que isso ocorre em virtude da sua circularidade, pois foi impressa e está em diversos acervos e bibliotecas. A versão manuscrita que está na Academia das Ciências de Lisboa, ou o traslado definitivo que está na Academia das Ciências ainda são pouco utilizados pela historiografia. Talvez pelo fato da leitura desses tomos exigirem esforço paleográfico. Todos os manuscritos de Oliveira de Cadornega possuem valor documental e histórico, e as mudanças em seus conteúdos, suprimidos ou inseridos a revelia do autor, são também sintomáticos do que importava em determinada época e sociedade.

Uma análise dos manuscritos da Biblioteca Nacional de Portugal pode auxiliar para que se historicize uma Angola seiscentista, mas também pode revelar as necessidades da aristocracia portuguesa em um período pós-restauração de 1640, onde as coisas e, logo, os cargos, ainda estavam se estabelecendo. Embora haja conteúdos suprimidos ou modificados nesses tomos, como se tivessem sido resumidos pelo copista, esse manuscrito desconhecido tem um imenso valor para que se conheça/revisite/reescreva a história de Angola seiscentista, e a história de Portugal setecentista. Assim como Charles Boxer fez na década de 1960 (Boxer 1961), noticiando a existência de um tomo dos manuscritos de Oliveira de Cadornega na British Library, em Londres, estamos noticiando à historiografia sobre a versão manuscrita da obra *História Geral das Guerras Angolanas* existente na Biblioteca Nacional de Portugal, e que seus manuscritos ainda possuem histórias que precisam ser contadas em análises mais demoradas.

Referências bibliográficas

Fontes documentais - Obras

Cadornega, António. *História Geral das Guerras Angolanas*. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: Cota A.T./L. 54//1-2.

Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito da Bibliothèque Nationale de France. Cota: Portugais 2-4.

Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Biblioteca Municipal de Évora. Cota CXV 2-4.

Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito British Library. Cota 15183.

Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, 1681.

Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.

Lamas, Arthur. Medalha comemorativa da Instituição da Academia Real da História Portuguesa. Em.: *O Archeologo português*. Coleção Ilustrada de Materiais e Notícias. Museu Ethnographico Portugues, v. 12, Lisboa: Imprensa nacional, 1907.

Souza, António Caetano de. *História genealógica da casa real portuguesa: desde a sua origem até o presente*. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Silva, Impressor da Academia Real, 1735-1749.

Souza, D. Antonio Caetano de. *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Syiviana. MDCCLV.

Rollin, Charles. *Histoire ancienne*. Paris: Rayanal, 1831.

Fontes documentais - Catálogos

Catálogo Biblioteca Nacional de Portugal. Cota A.T./L. 54//1-2 Disponível em: <http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile> Acesso em: 18/07/2017

Catálogo dos manuscritos da antiga livraria dos marqueses de Alegrete, dos condes de Tarouca e dos marqueses de Penalva e pertencente à sua actual representante a condessa de Tarouca. Lisboa: Imprensa de João Romano Torres, 1898. Arquivo Histórico Ultramarino, cota AHU-L14889.

Fontes documentais - Documentos avulsos

Chancelaria de D. Pedro II, livro 18, fólhos 14 e 111. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota microfilmada PT/TT/CHR/S/1/18.

"Chancelaria Régia". Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: Instituições do Antigo Regime, Administração Central (1). MATTOSO, José. Lisboa: ANTT, 1998. Disponível em: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=3813585> Acesso 30/07/2017.

Bibliografia

Alencastro, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- Alexandre, Valentim. *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.
- Andrade, Elias Alves de. Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. *Revista Filologia Linguística Portuguesa USP*, n. 10-11, (2008/2009). <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i10-11p149-172>
- Berwanger, Ana Regina. *Noções de paleografia e diplomática*. Santa Maria: Editora UFSM, 2015.
- Birgmingan, David. *The portuguese conquest of Angola*. London: Oxford Univ. Press., 1965.
- Boxer, Charles. *A "História" de Cadornega no Museu Britânico*. Separata da Revista Portuguesa de História. Coimbra: Faculdade de Letras Uni. Coimbra, 1961.
- Boxer, Charles. *O Império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- Catroga, Fernando. Ainda será a história mestra da vida? *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, Edição Especial, n. 2, (2006): 7-34. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2006.s.1347>
- Castelo, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998.
- Castillo, Francisco de Andújar. "Venalidade de ofícios y honores. Metodologia de Investigacion." Em Stumpf, Roberta e Nandini Chaturvedula, p. 175-198. *Cargos e ofícios nas monarquias Ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa, Centro de História do Além-Mar, Universidade de Nova Lisboa, 2012.
- Cardim, Pedro. A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade dos seiscentos. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 13, v. 7, jul. (2002): 13-57.
- Carvalho, Flávia Maria. O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental, In. *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. N. 07, (2011). <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2011.88793>
- Cunha, Mafalda Soares. Bragança e a casa ducal: comunicação política e gestão senhorial, séculos XV-XVII. *Revista Monumentos 32*: Lisboa, (2011).
- Demaret, Mathieu Mogo. Portugueses e africanos em Angola no século XVII: problemas de representação e de comunicação a partir da obra História Geral das Guerras Angolanas. Em *Representações de África e dos africanos na História e Cultura – Séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: Centro de História do Além-mar, Universidade de Nova Lisboa, 2011.
- Domínguez Ortiz, Antonio. Valoración social de los hábitos de las órdenes militares. Em *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica*, vol. 2, Cuenca, ed. de La Universidad de Castilla-La-Mancha, 2000.
- Fachin, Phablo Roberto. *Descaminhos e dificuldade: leitura de manuscritos século XVIII*. Goiânia: trilhas Urbanas, 2008.
- Gago, Maria Alexandra Trindade da Câmara, Coelho, Teresa Campos. O palácio dos marqueses de Alegrete à Mouraria: do palácio ausente à memória do sítio. *Cadernos do Arquivo Municipal*. ISSN 2183-3176. 2ª Série Nº 5 (janeiro - junho 2016).
- Gil, José. *Salazar: A retórica da invisibilidade*. Lisboa: Relógio D'água Editores, 1995.
-

- Heintze, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007.
- Henriques, Isabel Castro. *O pássaro de mel – Estudos de História Africana*. Lisboa: Colibri, 2003.
- Hespanha, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- Heywood, Linda. *Jinga de Angola. A rainha guerreira da África*. São Paulo: Todavia, 2019.
- Marques, Silvino. Salazar e a defesa do ultramar. *Revista de Estudos Africanos da Universidade do Porto*: Porto, n. 7, (1990).
- Martins, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 2007.
- Miller, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundo em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional e Instituto Camões, 2002.
- Monteiro, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal: 1750-1832*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.
- Nascimento, Denise da Silva. *O poder negociado: os crimes contra a pessoa e sua honra no reinado de D. João II*. Tese de doutorado PPGH-USP, São Paulo, 2009.
- Olival, Fernanda. Mercado de hábitos de serviços em Portugal. *Revista Análise Social*, v. XXXVIII 168, (2003).
- Oliveira Marques, H. A. de. *História de Portugal – do Renascimento às Revoluções Liberais*. Barbacena (PT): Editorial Presença, 1998.
- Payen, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? *Revista História da historiografia*: Ouro Preto, (2011). <https://doi.org/10.15848/hh.v0i6.250>
- Parreira, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- Pereira, José Fernandes. Resistências e aceitação do espaço barroco: a arquitectura religiosa e civil. Em *História da Arte em Portugal*. Volume 8 - O limiar do Barroco. Lisboa: Publicações Alfa, (1993).
- Serrão, Veríssimo. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984.
- Serrão, Vítor. *História de Arte em Portugal, o Barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 2003.
- Smith, Robert. *Art of Portugal: 1500-1800*. New York: Meredith Press, 1968.
- Silva, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002.
- Silva, Alberto da Costa e. *A enxada e a Lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- Souza, Marina de Melo. *Além do visível. Poder, catolicismo e comércio no Congo e Angola (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp, 2018.
-

Souza, Marina de Mello e. Catolicismo e poder no Congo: o papel dos intermediários nativos, séculos XVI a XVIII. Anos 90: *Revista do PPGH/UFRGS*, v. 21, n 40, Porto Alegre: dez (2014). <https://doi.org/10.22456/1983-201X.46181>

Souza, Marina de Mello e. Missionários e mestres na construção do catolicismo centro-africano, século XVII. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH, São Paulo, 2011.

Souza, Marina de Mello. *Reis negros no Brasil escravista – História da Festa de Coroação de rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

Thornton, John. A Resurrection for the Jaga. *Cahiers d'études africaines*, vol. 18, n°69-70, (1978). <https://doi.org/10.3406/cea.1978.2407>

Thornton, John. The art of war in Angola, 1575-1680. Em *Comparative studies in society and history*, v. 30, n. 2, abril 1998, Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/S0010417500015231>

Thornton, John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro, Editora Campus/Elsivier, 2004.

Thornton, John. Elite women in the kingdom of Kongo: historical perspectives on women's political power. *Journal of African History*, 47 (2006): 437–60. <https://doi.org/10.1017/S0021853706001812>

Torgal, L. R. Restauração e razão de estado. Em *Penélope: fazer e desfazer da história*. Lisboa: Cosmos, 1993.

Weber, Priscila Maria. *Angola como conceito: uma análise da obra História Geral das Guerras Angolanas de Oliveira de Cadornega (Século XVII)*. Tese de doutorado em História, PPGH Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.

Wheeler, Douglas e René Pélissier. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2013.

Recebido: 20 de julho de 2021
Aprovado: 13 de outubro de 2021